

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.968 - PE (2019/0048690-9)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : INACIO ALVES DA SILVA**  
**ADVOGADO : AMANDA PINTO RODRIGUES DE SIQUEIRA E OUTRO(S)**  
**- PE035273**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pela **Fazenda Nacional**, contra decisão que inadmitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 514/516):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REUNIÃO DE PROCESSOS. REQUERIMENTO. ART. 28 DA LEI 6.830/80. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO FISCAL ANTERIOR À LC 118/2005. PRAZO PRESCRICIONAL. INTERRUPÇÃO. CITAÇÃO DO EXECUTADO. DÉBITOS PRESCRITOS.*

*1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por Ignácio Alves da Silva, em contrariedade à decisão proferida na execução fiscal nº 0000221-43.2013.4.05.8312, que reconheceu a ausência de interesse de agir apto a vindicar a separação dos processos e acolheu, em parte, a exceção de pré-executividade para pronunciar a prescrição dos créditos tributários das CDAs constantes dos processos 0002126-49.2014.4.05.8312; 0002692-95.2014.4.05.8312 e 0002538-77.2014.4.05.8312 e excluiu o excipiente da cobrança da CDA constante da execução nº 0000313-84.2014.4.05.8312.*

*2. A reunião de processos de execução contra o mesmo devedor, por conveniência da unidade da garantia da execução, constitui, nos termos do art. 28 da Lei nº 6.830/80 não um dever, mas, sim, uma faculdade do juiz, a qual deve obedecer aos seguintes requisitos: (i) identidade das partes nos feitos a serem reunidos; (ii) requerimento de uma das partes; (iii) estarem os feitos em fases processuais análogas; (iv) competência do juízo. (STJ, RESP 1158766, Rel.: Ministro Luiz Fux, Órgão Julgador, Primeira Seção, Julgado em 08/09/2010, DJe: 22/09/2010).*

*3. No caso, embora a determinação tenha ocorrido de ofício, houve concordância tácita da exequente, porque, ao se pronunciar em 28/01/2015, para informar o montante dos valores a serem executados nos processos reunidos, não se opôs à determinação judicial.*

*4. O agravante alega a prescrição dos débitos executados por*

*meio das certidões de nº 40.6.99.007845-54 (EF nº 0000188-19.2014.4.05.8312, 40.6.99.007846-35 (EF nº 0000202-03.2014.4.05.8312), 40.2.99.003141-33 (0000189-04.2014.4.05.8312), 40.06.02.0005822-03 (EF nº 0000221-43.2013.4.05.8312), e 40.6.001579-54 (EF nº 0002895-57.2014.05.8312.*

*5. No que tange ao processo piloto (Execução Fiscal nº 0000221-43.2013.4.05.8312, (CDA nº 40.02.005822-03), nada obstante o Juízo tenha considerado que restou consumada a prescrição entre a data da entrega da declaração, que foi em 22/04/98 e a propositura da execução fiscal em 17/12/2013 (na verdade a execução fora proposta perante a Justiça Estadual em 19/02/2003), porque ali não teria transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, o fato é que, como a execução fiscal é anterior à LC118/2005, o prazo prescricional só se interrompe com a citação do executado. Assim, quando a Fazenda Nacional requerera a citação por edital, em 06/07/2006, em face da não localização do executado, já estava consumada a prescrição.*

*6. Ressalte-se que as outras manifestações da Fazenda Nacional, em 28/01/2014, quando requerera o arquivamento dos autos, em razão de o valor não superar R\$ 20.000,00 e, em 28/01/2015, momento em que informou o montante executado nas execuções fiscais onde o Juiz determinara a reunião dos feitos (R\$ 96.407,48), são posteriores à data do requerimento de citação por edital, tendo o ente público permanecido inerte durante todo o transcurso do prazo prescricional que, como visto, só poderia ser interrompido por meio de citação válida, uma vez que as execuções foram propostas em data anterior à LC 118/2005.*

*7. Convém ressaltar que o despacho que determinou a citação no processo piloto data de 26/02/2015, muito depois do requerimento da Fazenda Nacional, em 06/07/2006, contudo a demora na citação dos executados não pode ser imputada ao Poder Judiciário, porque, consoante já destacado, o requerimento do exequente se deu quando já consumada a prescrição.*

*8. A não efetivação da citação da sociedade e dos sócios em menor prazo ocorrera, no mínimo, por culpa concorrente da exequente, de modo que não se pode atribuir sua demora apenas ao funcionamento da máquina judiciária.*

*9. Também atingidos pela prescrição os créditos executados na execução fiscal nº 0000188-19.2014.4.05.8312 (CDA nº 40699007845-54), constituído em 14/05/97, ajuizada em 15/05/2001; nº 000202-03.2014.4.05.8312 (CDA nº 40.6.99.007846-35), débito constituído em 14/05/97, ajuizada em 15/05/2001; nº 000189-04.2014.4.05.8312 (CDA nº 40.2.99.003141-33), débito constituído em 14/05/97, proposta em 29/03/2001; e execução fiscal nº 0002895-57.2014.4.05.8312 (CDA nº 406001579-54), constituição em 13/05/99, proposta em*

*14/10/2003. Conforme se observa, as citadas execuções fiscais foram ajuizadas antes das alterações operadas pela LC118/05, quando a interrupção do prazo prescricional se dava apenas com a citação válida. Em todos os casos, a citação fora realizada em 2015, ultrapassando em muito o prazo quinquenal a contar da constituição dos créditos, operadas entre maio de 1997 e maio de 1999.*

*10. Não se vislumbra também qualquer diligência encetada pela Fazenda Nacional, a fim de dar prosseguimento à execução fiscal, razão pela qual não resta outra alternativa a não ser o reconhecimento da prescrição.*

*11. Agravo de instrumento provido.*

Opostos embargos de declaração, foram estes desprovidos (fls.552/557).

Nas razões de recurso especial, a parte ora agravante aponta, dentre outros, violação aos arts. 174, I, do CTN, e 262 e 219, §§1º e 2º, do CPC/73. Sustenta, em síntese, a não ocorrência de prescrição dos créditos objeto de cobrança do feito executivo, sendo certo que: (I) "*Consoante a dicção de tais dispositivos legais o processo se desenvolve por impulso oficial, não podendo ser penalizada a parte pelo decurso de tempo decorrente de falha do mecanismo judiciário.*" (fl.570); e (II) "*Assim, à luz do art. 219, § 1º, do CPC/73 (aplicável às execuções fiscais por força do art. 1º da LEF) c/c o art. 174 do CTN, não se configurou a prescrição no caso concreto. Ademais, no caso a demora na citação do devedor não deve ser imputada à Fazenda Nacional, apenas ao Judiciário. Verifica-se, no caso, que distribuída a execução fiscal (processo piloto), perante à Justiça Federal, , (fls. 13), tendo sido dada em 02/2003 a citação foi despachada, apenas, em junho de 2004 oportunidade em que foi requerida a citação via nova vista à Fazenda Nacional, apenas em 02/2006, edital. Portanto, entre a propositura da ação e a posterior oferta de vista à exequente decorreram TRÊS pelo que não se pode falar em inércia da exequente. ANOS, Houve, portanto, falha do aparelho judiciário, sendo impossível responsabilizar a parte demandante pelo retardamento na citação do devedor (art. 219, § 2º, do CPC/73, aplicável às execuções fiscais por força do art. 1º da LEF), razão pela qual é forçoso reconhecer que a presente ação não está prescrita.*" (fl.574).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que, ao tempo da prolação do juízo de admissibilidade do

recurso especial (fl. 601), o Superior Tribunal de Justiça já havia afetado o tema em debate para exame sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (**Tema 179**), a saber, acerca da possibilidade de verificação da responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais, nos casos de demora na citação (**REsp 1102431/RJ**, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO), e julgado em 09/12/2009 (DJe 01/02/2010). Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR CULPA DO PODER JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.*

*1. O conflito caracterizador da lide deve estabilizar-se após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada pela via da prescrição, impondo segurança jurídica aos litigantes, uma vez que a prescrição indefinida afronta os princípios informadores do sistema tributário.*

*2. A perda da pretensão executiva tributária pelo decurso de tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário. Inteligência da Súmula 106/STJ. (Precedentes: AgRg no Ag 1125797/MS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 16/09/2009; REsp 1109205/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2009, DJe 29/04/2009; REsp 1105174/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 09/09/2009; REsp 882.496/RN, Rel.*

*Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008; AgRg no REsp 982.024/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/04/2008, DJe 08/05/2008)*

*3. In casu, a Corte de origem fundamentou sua decisão no sentido de que a demora no processamento do feito se deu por culpa dos mecanismos da Justiça, verbis: "Com efeito, examinando a execução fiscal em apenso, constata-se que foi a mesma distribuída em 19/12/2001 (fl.02), tendo sido o despacho liminar determinando a citação do executado proferido em 17/01/2002 (fl. 02 da execução). O mandado de citação do devedor, no entanto, somente foi expedido em 12/05/2004, como se vê fl. 06, não tendo o Sr. Oficial de Justiça logrado realizar a diligência, por não ter localizado o endereço constante do mandado e ser o devedor desconhecido no local, o que foi por*

*ele certificado, como consta de fl. 08, verso, da execução em apenso.*

*Frustrada a citação pessoal do executado, foi a mesma realizada por edital, em 04/04/2006 (fls. 12/12 da execução).*

*(...) No caso destes autos, todavia, o fato de ter a citação do devedor ocorrido apenas em 2006 não pode ser imputada ao exequente, pois, como já assinalado, os autos permaneceram em cartório, por mais de dois anos, sem que fosse expedido o competente mandado de citação, já deferido, o que afasta o reconhecimento da prescrição.*

*(...) Ressalte-se, por fim, que a citação por edital observou rigorosamente os requisitos do artigo 232 do Código Processual Civil e do art. 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80, uma vez que foi diligenciada a citação pessoal, sem êxito, por ser o mesmo desconhecido no endereço indicado pelo credor, conforme certificado pelo Sr. Oficial de Justiça, à fl. 08, verso dos autos da execução." 4. A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ.*

*5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.*

Mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73: *"Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça"* (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, b, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos

casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal a quo, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no leading case (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: "*Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial*"; cf ainda art. 1.030, V, c, do CPC/2015).

Compete, pois, ao Tribunal a quo efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, b, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

De fato, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

*"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.*

*O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

*Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.*

*Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."*

No caso, a Vice-Presidência do Tribunal regional inadmitiu, de pronto, o recurso especial, sem que **antes** fosse cumprido o rito do art. 1.030, I, b, e II, do novo CPC/2015, isto é: **ou negativa de seguimento** do recurso especial se o acórdão recorrido estiver em conformidade com o julgado repetitivo; **ou encaminhamento do processo ao órgão colegiado** para eventual juízo de retratação se o acórdão recorrido divergir do entendimento do STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja observado o rito previsto no 1.030, I, b, e II, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator

